



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E DIGNA COMISSÃO DE APOIO DESIGNADA PARA
A CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9004/2026 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITARANA – ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Ref.: Recurso Administrativo
Pregão Eletrônico nº 9004/2026
Processo Administrativo nº 000263/2026**

CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.469.404/0001-30, devidamente qualificada nestes autos de procedimento licitatório, vem respeitosamente perante essa Secretaria, por meio de seu representante legal infra-assinado e com procuração nos autos, com fulcro no art. 165, inciso I, alínea *b* da Lei nº 14.133/2021, apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Face a decisão de classificação da proposta apresentada pela empresa **CEGONHA SOLUÇÕES LTDA**, malgrado a clara inexecutabilidade da proposta e ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. SÍNTESE FÁTICA

Trata de licitação na modalidade Pregão Eletrônico cujo objeto é a *Contratação de*

CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



serviço de gerenciamento de transações comerciais, por meio de rede de empresas credenciadas, destinada à execução de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a realização de orçamentos de materiais e serviços, e a execução de atividades especializadas de manutenção, para atendimento da frota de veículos e dos equipamentos operacionais do Município de Itarana/ES, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência anexo I deste Edital.

Na data designada e após a etapa competitiva de lances se sagrou arrematante a empresa Cegonha, todavia, apresentando proposta claramente inexequível, criando um sério risco para a operação e potencial prejuízo ao erário público.

Vejamos a classificação atual do certame:

Minha proposta		Todas as propostas		Histórico de recursos	
30.677.164/0001-19	CEGONHA SOLUCOES LTDA BA	Valor ofertado (unitário)	R\$ 38.8000	Valor negociado (unitário)	-
44.220.921/0001-35	QFROTAS SISTEMAS LTDA PR	Valor ofertado (unitário)	R\$ 43.9000	Valor negociado (unitário)	-
59.554.370/0001-13	QERSYSTEM SOLUCOES INTEGRADAS LT. SC	Valor ofertado (unitário)	R\$ 50.1000	Valor negociado (unitário)	-
08.469.404/0001-30	CARLETTTO GESTAO DE SERVICOS LTDA PR	Valor ofertado (unitário)	R\$ 53.9800	Valor negociado (unitário)	-
28.008.410/0001-06	BAMEX CONSULTORIA EM GESTAO EMP. PI	Valor ofertado (unitário)	R\$ 87.6900	Valor negociado (unitário)	-
49.433.449/0001-32	ALPHA FROTAS LTDA MG	Valor ofertado (unitário)	R\$ 87.7500	Valor negociado (unitário)	-
05.340.639/0001-30	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EM. SP	Valor ofertado (unitário)	R\$ 87.8000	Valor negociado (unitário)	-

Destaca-se, desde já, que a inexequibilidade da proposta poderá onerar indevidamente o Erário, pois não haverá outra maneira de executar o contrato senão superfaturando o serviço prestado.

Inclusive, cumpre esclarecer que os itens 7.9.1 e 7.9.2 definem acerca da

CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



impossibilidade de cobrança de valores a título de taxas de credenciamento no presente caso:

7.9. Forma e Critérios de Medição, Remuneração e Pagamento

7.9.1. A remuneração da Contratada dar-se-á exclusivamente por meio do percentual de desconto ofertado na proposta vencedora, incidente sobre os valores dos serviços executados e das peças fornecidas pela rede credenciada de oficinas, conforme orçamentos aprovados, não sendo admitida qualquer outra forma de cobrança, taxa adicional ou encargo indireto à Administração.

7.9.2. O percentual de desconto ofertado corresponderá à taxa administrativa da Contratada, constituindo sua única forma de remuneração pela gestão operacional, administração da rede credenciada e disponibilização do sistema informatizado, devendo ser obrigatoriamente aplicado sobre a totalidade dos orçamentos, autorizações de serviço, medições e documentos fiscais vinculados à execução contratual.

Portanto, a decisão deve ser imediatamente reformada, pois além de trazer riscos à Administração Pública ao aceitar proposta manifestamente inexecutável, também fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme fundamentos a seguir.

2. DEVER DE DILIGÊNCIA: DESCONTO EXORBITANTE. REMUNERAÇÃO EXCLUSIVA DA GERENCIADORA ATRAVÉS DA REDE CREDENCIADA. PROPOSTA INEXEQUÍVEL

Malgrado não seja a lei aplicável ao caso concreto, imperioso destacar o avanço da Lei 14.133/21 quanto a aceitabilidade de propostas, a qual trouxe relevantes alterações nos procedimentos licitatórios, passando a estabelecer de maneira expressa o **dever** da Administração Pública de evitar contratações manifestamente inexecutáveis, conforme art. 11, inciso III da referida Lei, *in verbis*:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

(...) **III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente**

CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos:

De todo modo, a disposição contida na Lei nº 14.133/21, escolhida pelo órgão para conduzir este certame, é clara quanto ao **poder-dever** por parte da comissão de licitação/pregoeiro de realizar **diligência** quando há alguma necessidade de esclarecimento da proposta ou dos documentos de habilitação.

É o que se verifica do art. 59, da mencionada lei:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

I - contiverem vícios insanáveis;

II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 3º No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

§ 4º No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

No caso concreto, tem-se que a taxa ofertada de - 65,04% é manifestamente excessiva. Todavia, em que pese a municipalidade ter aberto diligência para a comprovação da exequibilidade de sua proposta, a Recorrida não conseguiu comprovar a sua exequibilidade, bem como deixou evidente o descumprimento aos itens 7.9.1 e 7.9.2.

CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



Ilmo. Pregoeiro, não há nos autos prova mínima acerca da exequibilidade da proposta, com valores que são impraticáveis no mercado, cite-se, por exemplo, quanto a taxa de credenciamento de 7,5% que será cobrada da sua rede credenciada para viabilizar a exequibilidade da oferta:

Vale salientar que por trás desse dever de diligência se encontra a **finalidade da busca da proposta mais vantajosa** pela Administração, visando o alcance do interesse público, o que não foi atendido pela Secretaria ao aceitar uma proposta que nem mesmo ficou comprovada sua exequibilidade.

No caso concreto a licitante Recorrida apresentou taxa de administração negativa em 65,04%, entretanto, **não traz prova mínima de que o desconto ofertado, sem a cobrança de taxas de credenciamento tornem a proposta minimamente praticável.**

Não existe espaço para subjetividades na análise das propostas lançadas em licitações e, sob tal premissa, fica estabelecido implicitamente um critério objetivo ao pregoeiro responsável pela classificação das propostas, a saber: **qualquer proposta de preços cujo desconto seja praticado em importe superior a 50%, sem a cobrança de taxas de credenciamento, tornará a proposta inexecutável.**

A adoção de critérios objetivos é expressamente ordenado pela Lei, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, **do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Melhor dizendo, trata da aplicabilidade do princípio do julgamento objetivo pela

CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



Administração, não sendo possível à Administração utilizar de fundamentos que não estejam na Lei ou no Edital para tomar decisão.

Inclusive, nesse sentido, a Administração estabeleceu como critério objetivo para classificação das propostas aquilo previsto nos itens 7.9.1 e 7.9.2 do Termo de Referência do Edital:

7.9. Forma e Critérios de Medição, Remuneração e Pagamento

7.9.1. A remuneração da Contratada dar-se-á exclusivamente por meio do percentual de desconto ofertado na proposta vencedora, incidente sobre os valores dos serviços executados e das peças fornecidas pela rede credenciada de oficinas, conforme orçamentos aprovados, não sendo admitida qualquer outra forma de cobrança, taxa adicional ou encargo indireto à Administração.

7.9.2. O percentual de desconto ofertado corresponderá à taxa administrativa da Contratada, constituindo sua única forma de remuneração pela gestão operacional, administração da rede credenciada e disponibilização do sistema informatizado, devendo ser obrigatoriamente aplicado sobre a totalidade dos orçamentos, autorizações de serviço, medições e documentos fiscais vinculados à execução contratual.

Ora, resta evidente que a Municipalidade ao definir tais critérios para forma de medição do pagamento, vedou a cobrança de outras taxas ou valores por parte do licitante, devendo sua remuneração ser advinda unicamente pelo desconto ofertado à taxa administrativa, não sendo admitida qualquer outra forma de cobrança.

No entanto, a Recorrida em sua proposta apresentou o seguinte:

CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



- COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Receitas

Descrição	Fórmula/Valor
Valor Total Estimado (A)	R\$ 3.660.000,00
Desconto Ofertado (%) (B)	65,04%
Desconto Ofertado (C)	R\$ 2.380.464,00
Taxa de Credenciado % (D)	7,50%
(+) Taxa de Combinada (E) = (A - C) * D	R\$ 95.965,20

Entretanto, ainda que a Administração tenha deixado claro a impossibilidade de cobrança de taxa de credenciamento dos credenciados, a Recorrida manteve em sua proposta.

Sendo assim, uma vez especificadas as condições para exequibilidade e entre elas a impossibilidade de cobrança de taxas de credenciadas, e não tendo sido atendidas pela empresa recorrida, ela deve ser **objetivamente** desclassificada no certame, conforme entendimento jurisprudencial:

ADMINISTRATIVO. PREGÃO ELETRÔNICO. PROPOSTA INEXEQUÍVEL. DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE. POSSIBILIDADE. 1. Trata-se de Apelação interposta contra sentença que denegou a segurança requerida para modificar a decisão que desclassificou a Demandante do Pregão Eletrônico nº 47/2009, com consequente anulação do certame. 2. É correta a decisão que elimina o licitante que apresenta proposta considerada inexecutável, em conformidade com o que determina o art. 48, II da Lei 8.666/93 e os arts. 11, IV e 22, §§ 2º e 3º do Decreto 5.450/2005. 5. Recurso não provido.

(TRF-2 - AC: 00264258020094025101 RJ 0026425-80.2009.4.02.5101, Relator: RICARDO PERLINGEIRO, Data de Julgamento: 13/03/2012, 5ª TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: 29/03/2012)

Além da clara inexecutabilidade da proposta em razão de se tornar economicamente viável somente quando cobrada taxa de credenciamento, a atitude da Recorrida configura flagrante desrespeito às normas editalícias, devendo ser desclassificada pela infração ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O Edital, após sua publicação se torna lei entre as partes, tornando-o imutável, eis que,

CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



em regra, depois de publicado o Edital, não deve mais a Administração alterá-lo até o encerramento do processo.

A mestre Maria Sylvia Zanella Di Pietro assim ensina sobre o tema:

“Quando a Administração estabelece, no edital, ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; **ora se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial do da igualdade entre os licitantes, pois aquele que prendeu os termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.** Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.”

Também assim tem entendido o Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

“A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art.41) REsp nº 797.179/MT, 1ª T., rel. Min.Denise Arruda, j. em 19.10.2006, DJ de 07.11.2006)” “Consoante dispõe o art. 41 da Lei 8.666/93, **a Administração encontra-se estritamente vinculada ao edital de licitação, não podendo descumprir as normas e condições dele constantes. É o instrumento convocatório que dá validade aos atos administrativos praticados no curso da licitação, de modo que o descumprimento às suas regras dever ser reprimido.** Não pode a Administração ignorar tais regras sob o argumento de que seriam viciadas ou inadequadas. Caso assim entenda, deverá refazer o edital, com o reinício do procedimento licitatório, jamais ignorá-las. (MS nº 13.005/DF, 1ª S., rel. Min. Denise Arruda, j.em 10.10.2007, DJe de 17.11.2008).”

Assim, exatamente pelo fato de que a Administração Pública, em virtude do

CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



denominado Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, fica estritamente vinculada às normas e condições previamente definidas no edital, e tendo em vista a vedação à cobrança de outras taxas senão a de Administração, é a razão pela qual a Recorrida deve ser desclassificada,

É evidente que, diante de uma situação de fortes indícios de inexecuibilidade— como no caso em tela -, bem como do descumprimento das regras editalícias, a medida que se faz necessária é a desclassificação da Recorrida.

3. DESCONTO EXORBITANTE. COMPROVAÇÃO DE QUE A LICITANTE REPASSARÁ A REDE CREDENCIADA ATRAVÉS DE COBRANÇAS ADICIONAIS. PREJUÍZO AO ERÁRIO. PREJUÍZO AO INTERESSE PÚBLICO. DESVIO DA FINALIDADE DA LICITAÇÃO

Por fim, destaca-se que a finalidade de uma licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa, ou seja, aquela que será a mais econômica e que atende a todos os critérios definidos pela Administração, de modo a satisfazer ao interesse público.

Como regra geral as licitações cujo objeto é contratação de empresa especializada no gerenciamento de frota têm como critério de julgamento o maior desconto ou o menor preço representado pela menor taxa de administração, como ocorre no presente certame.

Entretanto, inegável que há singular particularidade do objeto deste Pregão, uma vez que a licitante apenas disponibiliza sistema informatizado para o gerenciamento da frota, disponibilizando em favor do Órgão contratante rede de oficinas credenciadas que prestarão de fato o serviço de manutenção e fornecimento de peças, sendo elas as responsáveis pelas emissões dos orçamentos.

É notório que, independentemente do desconto ofertado pelas licitantes, o valor que efetivamente será despendido pelos órgãos é definido pela rede credenciada por meio de orçamentos enviados



pelo sistema da gerenciadora.

Nesse sentido, o desconto ofertado pela Recorrida de 65,04% em um primeiro momento parece vantajoso, entretanto, para viabilizá-lo será necessário a cobrança de taxas à rede credenciada, a qual, por sua vez, repassará o custo à Administração através de orçamentos superfaturados, o que será objeto de tomadas de contas especial pelo tribunal de contas acaso mantida a classificação da Recorrida.

Caso não seja cobrada a taxa de credenciamento, como alternativa resta, tão somente, orientar a rede credenciada a inflar os preços de maneira ardilosa, atitude que sem maiores esforços se mostra manifestamente ilegal e capaz de gerar prejuízo milionário aos cofres públicos.

Deve-se considerar, ainda, que a rede credenciada será obrigada a aceitar tais taxas ou agir de forma ilegal, **sendo obrigada a repassar o deságio ao órgão para que continuem prestando seus serviços.**

Assim sendo, considerando a IRREGULAR taxa cobrada pela Recorrida de sua rede credenciada, e considerando que os orçamentos ao Órgão serão realizados exclusivamente com a rede credenciada da licitante – as quais todas deverão arcar com um custo excessivo incluído em cada orçamento – não há dúvidas de que todas repassarão tal percentual para o Órgão contratante.

Ou seja, o que parecia um desconto vantajoso, torna-se um custo manifestamente excessivo que irá gerar superfaturamento nos orçamentos em razão do percentual abusivo cobrado pela Recorrida.

Evidente, portanto, que aquilo que parecia ser uma vantagem se tornará necessariamente prejuízo, já que o “suposto desconto” será transformado em orçamentos onerosos.

Não obstante, convém destacar que qualquer ato capaz de lesar os cofres públicos é regularmente apurado através de tomada de contas especial na forma do art. 47 da Lei 8.443/1992.

CARLETTTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



Note-se que são **responsáveis solidários** além da contratada o Pregoeiro, o Gestor do Contrato, a Autoridade Superior Competente, bem como todos os servidores que – por ação ou omissão – convalidaram um certame com potencial altíssimo de lesão ao erário – como o caso em tela -, nos termos do art. 16, §2º, ambos da Lei 8.443/1992.

Diante disso, haja vista a cobrança de taxas abusivas à rede credenciada, **a desclassificação da empresa Recorrida é medida que se impõe**, considerando ainda o descumprimento ao princípio da razoabilidade e o da eficiência, posto que há evidência inequívoca de prejuízo com a contratação que se pretende firmar.

4. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares que norteiam a licitação pública, requer-se:

A) que sejam recebidas as presentes razões de recurso, por tempestivas, nos termos da Legislação em vigor;

B) que seja dado provimento ao recurso, reformando a decisão do Ilmo. Pregoeiro para o fim de declarar a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa recorrida ante sua inequívoca inexecutabilidade da proposta, uma vez que apresentou a proposta mais vantajosa, bem como atendeu a todos os requisitos estabelecidos objetivamente no instrumento convocatório;

C) não sendo este o entendimento de Vossa Senhoria, que submeta o Recurso à Autoridade Superior competente para apreciação final;

Assim, por ser justo e totalmente razoável, espera-se por um parecer favorável à recorrente.

Termos em que,

CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000



Espera-se o deferimento.

Campo Bom/RS, 23 de março de 2026.



CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA

FELIPE GLOOR CARLETTO

CPF: 076.079.059-01; RG: 12.492.430 – 8 SESP/PR
SÓCIO

CARLETTO GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.469.404/0001-30

Telefones: (41) 3149-1004

e-mail: carletto@licitaragora.com.br

Av. Carlos Strassburger Filho, n. 5796, Industrial Norte, Campo Bom/Rs, Cep: 93.700-000